

O tirano excluído. Imagens da soberania no Brasil dos anos 1930.

The precluded tyrant. Sovereignty images in the 1930's Brazil.

Daniel Faria ¹

Resumo: Na tradição política ocidental, a figuração do tirano é paradoxal, uma vez que seu excesso de poder é apresentado como algo exterior à sociedade, excluído por ela e que a exclui, mas ao mesmo tempo a domina, conhece. A partir do romance **São Bernardo** de Graciliano Ramos, discuto algumas figurações do tirano frustrado que perpassam a tradição política brasileira, especialmente no que se refere à Primeira República.

Palavras-chave: Tirania; Brasil República.

Abstract: In the political tradition of the occident, the tyrant's representation is full of paradoxes, since the excesses concerning power are presented as something alien to society, precluding and precluded by it. At the same time, something that dominates and knows it. With the novel *São Bernardo* as starting point, I will discuss some representations of the frustrated tyrant, that cross brazilian political tradition, overall at the First Republic.

Keywords: Tyranny; Brazil Republic.

A mudança forçada de Graciliano Ramos para o Rio de Janeiro, em 1935, nos porões do Navio Manaus, é tratada quase consensualmente pela bibliografia especializada sobre a vida do autor como momento de virada em sua carreira literária. Antes de 1935, a obra literária de Graciliano já era reconhecida, mas seu renome estava restrito ao pequeno mundo dos críticos e escritores. De resto, até então sua vida girava em torno do comércio e da política. Esta, abriria as portas da literatura para Graciliano. Quando era prefeito de Palmeira dos Índios entre 1928 e 1930, o autor escreveu dois relatórios que circularam por jornais do país e acabaram nas mãos de Augusto Frederico Schmidt. Segundo reza a história, o editor teria farejado o talento literário na escrita do então prefeito, o que se confirmaria com o contato e a posterior publicação de **Caetés**, em 1933. Os relatórios, onde Graciliano apresentava a arrecadação e o destino dos recursos do município, eram destinados ao Governador do Estado de Alagoas.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Em meio aos números, o prefeito de Palmeira dos Índios incluiu ironias e observações pessoais, as quais confluíam para a imagem de uma cidade corrupta, conservadora e tomada pela “politicagem”. Em contraste, nos mesmos relatórios emergia a figura do prefeito empossado a contragosto, rodeado de inimigos, mas destemido e sem apego ao poder. Um não-político na política – independentemente da sinceridade ou da astúcia de Graciliano neste caso, um recurso retórico bastante comum no jogo político daqueles anos e além. Nas vésperas de 1930, além disso, num lugar-comum que delinearía mais tarde o conceito de política oligárquica e atrasada, consagrado pela historiografia.

No relatório de 10 de janeiro de 1929, Graciliano assim apresentou a política local:

O principal, o que sem demora inicial, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração. Havia em Palmeira dos Índios inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, como Prefeitos coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam. Para que semelhante anomalia desaparecesse, lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela – dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna oblíqua, carregada de bÍlis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos do Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro. (RAMOS, 1994, p. 37)

Ou seja: a cidade seria um corpo político atravessado por disputas de poder, povoada por diferentes centros de decisão (institucionais e não-institucionais), conflitantes entre si. Não funcionando, portanto, de acordo com a lógica hierárquica e centralizada do Estado administrativo, nos parâmetros supostamente racionais da burocracia. Ao contrário da máquina transmissora de atos orientados por decisões proclamadas por uma única voz dotada de autoridade, que seria o paradigma do Estado “racional”, Palmeira dos Índios era dividida por um sem-número de pequenos e pretensos soberanos. Em cada

esquina um prefeito: imagem que nos remete ao atraso oligárquico – ou à democracia?

Logo antes de partir para o Rio, Graciliano se mantinha como administrador público, nos cargos de Diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública de Maceió, sob os auspícios do regime de interventoria estadual instaurado após o golpe de 1930. Depois de 1935, com a prisão, tudo mudou. Em primeiro lugar, veio o prêmio “Lima Barreto” concedido a **Angústia** pela **Revista Acadêmica**. O romance tinha sido publicado em agosto de 1937 pela editora José Olympio. Ainda em 1937, o Ministério da Educação e Saúde concedeu a Graciliano o prêmio “Literatura infantil”, por **A terra dos meninos pelados**. Premiações e homenagens tornaram Graciliano um “homem de letras”, um escritor potencialmente conhecido por todos os interessados em literatura ou humanidades no país. Dali em diante ele entraria no círculo restrito daqueles que têm um renome de maior alcance do que o número de leitores de seus livros propriamente ditos.

No ano seguinte, em 1938, a mesma José Olympio publicou **Vidas Secas** e, simultaneamente, apresentou a segunda edição de **São Bernardo**, cuja primeira edição datava de 1934, pela editora Ariel, de Gastão Cruis e Agrippino Grieco. Como se pode perceber no acervo de Graciliano, no IEB/USP, as publicações de 1938 foram acompanhadas por uma campanha publicitária bem arquitetada, de alcance nacional. Os lançamentos foram comentados em jornais espalhados pelo país, em textos que, dada a coincidência dos argumentos, imagens e perspectiva sobre a obra, indicam uma estratégia unificada de divulgação.

De um ponto de vista mais imediato, **São Bernardo** é o romance mais político escrito por Graciliano, e assim tem sido tratado pela bibliografia especializada. Os comentários à primeira edição de 1934 já traziam algumas das marcas da fortuna crítica da obra. Segundo Oscar Mendes, em crítica publicada na **Folha de Minas**, a 17 de fevereiro de 1935, o protagonista, Paulo Honório, seria o típico senhor rural nordestino, “abrutalhado e despótico.” A especialidade de Graciliano Ramos residiria no poder de elaborar a síntese psicológica de atores sociais bem demarcados: no caso, o proprietário, o

burguês, o marido ciumento. Mas, por outro lado, os críticos viam na obra uma certa atração mórbida pelo fracasso, pela degradação humana. O que, ainda segundo outro lugar-comum, conformava uma espécie de tópica da literatura do início do século XX, uma literatura que emanava da degradação ocidental, e, no caso do Brasil, da decadência do regime burguês e liberal da República e seu cosmopolitismo.

Como seria de se esperar, as leituras, a partir de alguns aspectos comuns, variavam de acordo com as posições políticas dos críticos. Carlos Lacerda, por exemplo, em artigo publicado na **Revista Acadêmica**, tratou Paulo Honório como exemplo do burguês insensível prestes a ser derrubado pela revolução. Como burguês, o protagonista revelaria a essência de um sistema dominado por uma classe social ela mesma desumana, num “mundo bichado” à beira da destruição. Por outro lado, os “defeitos” atribuídos à obra de Graciliano Ramos também se afiguravam, já naqueles anos: a inverossimilhança da narrativa, em primeira pessoa, escrita num grau de sofisticação incompatível com o tipo social do proprietário rústico, ou seja, a impossibilidade de que um déspota bruto e semi-analfabeto fosse escritor de alto nível; e, além disso, a falta de clareza na opção do autor pela representação dos oprimidos, daí o viés mais psicológico do que social de seus romances – de acordo com os parâmetros classificatórios tão bem discutidos por Luís Bueno. A primeira crítica relacionava-se com certas expectativas pautadas pelo realismo literário (coerência e adequação dos personagens ao meio social), a segunda era mais direcionada à questão da literatura proletária, o realismo social e a exigência moral de configuração de personagens revolucionários.

Nos textos que cercaram a edição de 1938 estes temas se repetiram. Mas o tom apologético se tornou mais evidente. Sobretudo devido a um epíteto que, com algumas variações, acompanhou o nome de Graciliano Ramos em várias resenhas publicadas em jornais: Graciliano, “o revelador magistral de consciências”, “o fabuloso penetrador de consciências”, ou “o mesmo revelador de consciências”. Se esta recorrência se deveu a um texto de orientação enviado pela editora aos críticos ou à mera cópia de uma resenha em especial,

o efeito da repetição é o mesmo. Ler **São Bernardo** seria passar pela experiência de entrar, ao lado do autor, no universo fechado de uma consciência. No caso, a consciência torturada de um proprietário despótico. Experiência apresentada, em algumas das resenhas, como um tipo de investigação serena sobre uma dada realidade social, “enraizada na terra”, nas palavras de **O Cruzeiro**, do Rio de Janeiro. Em outras, como uma possibilidade de imersão num mundo de alucinações, prazer e dor. Assim, por exemplo, a resenha de **A Tarde**, de Manaus, falava no “extraordinário gozo espiritual que é acompanhar o autor, através do seu enredo, vivendo o leitor intensamente a vida dolorosa dos personagens.”

Neste segundo sentido, **São Bernardo** era lido em continuidade com **Angústia**. Livro em que, segundo Fran Martins, em crítica publicada no jornal **O Estado**, da cidade de Fortaleza, a 7 de agosto de 1938, “o autor atingiu um grau de psicologia doentia dificilmente encontrado em nossas letras”. Autor que, ainda de acordo com Fran Martins, teria uma “acentuada vocação para descrever casos de alucinação.” Ou, ainda, na resenha publicada em **O Estado da Bahia**, a 07/04/1938, também comentando **Angústia**: “um livro que leva a análise psicológica do personagem às últimas conseqüências, torturando-o, fechando-o num círculo de dolorosa angústia que contagia o leitor.” Análise psicológica, por sua vez, desdobrada em comentários críticos sobre o próprio Graciliano Ramos. Um tímido, mudo, voltado para si mesmo, fechado para o mundo e por isso dotado de um poder de introspecção que misturava a extrema perspicácia, o poder de penetrar consciências, ao risco da perda do bom senso, à melancolia e à loucura. “O tipo acabado do introspectivo de Jung”, disse Yacó Fernandes, concordando com o diagnóstico apresentado pelo médico e crítico Peregrino Júnior.

Pois bem, aceitemos a instigação da crítica e entremos no estranho mundo de **São Bernardo** como quem entra na percepção alucinada da consciência do poder. O romance, em primeira pessoa, é apresentado como as memórias de Paulo Honório, um desbravador, que vindo de uma situação social marginalizada, tornou-se proprietário, agente do progresso. Paulo Honório teria resolvido escrever sua história, misturando lembranças, na

tentativa de esclarecimento sobre o que sucedeu em sua vida e no desejo de justificar seus atos, porque, como sabemos ao final do livro, suas conquistas o conduziram a uma solidão cada vez maior. Mais ainda, seu amor, confinado nos limites estreitos do ciúme (que somava a vontade da posse com o desejo de conhecer plenamente a intimidade do outro, para melhor controlá-lo) foi a principal motivação para o suicídio de Madalena, sua esposa, e a posterior derrocada de seu empreendimento.

Paulo Honório pode ser considerado uma figuração do herói civilizador. Sua história é a da conquista da propriedade, São Bernardo, e a transformação das terras até então incultas, mal aproveitadas, num foco irradiador de produção. Ou seja: ele foi o conquistador do território e o delimitador das fronteiras (daí uma das obsessões que percorrem suas memórias: o das cercas que marcavam os limites da propriedade). Nas palavras do próprio narrador, ele foi o “iniciador de uma família” (RAMOS, s.d., p. 13). De pai e mãe desconhecidos, ele se via como a origem de uma genealogia. O método de efetivação de seus planos é exposto sem meias palavras: o recurso a “violências miúdas” contra os adversários e a chicanas jurídicas com as quais tomou São Bernardo de seu proprietário anterior. Sendo assim, Paulo Honório se situaria no momento de fundação de um corpo político, a fazenda, e se consubstanciaria na figura do seu governante por meio de ardis políticos e da violência.

Em suas memórias, Paulo Honório freqüentemente percorre sua propriedade com o olhar narrativo, descrevendo-a com a precisão documental dada ao sujeito que se apoderou do mundo em que habita, que conhece cada recanto do espaço conquistado. Os agregados faziam parte deste mundo, juntamente com as cercas, plantações e o rebanho. E junto a estes se encontrava ainda Madalena, tomada por Paulo Honório como esposa (se acreditarmos nas palavras do narrador) por ser professora, preparada intelectualmente e portanto útil para os negócios e também por ser jovem, logo uma boa reprodutora para a linhagem que ele iniciava.

Ainda nas palavras do narrador:

Quinze metros acima do solo, experimentamos a vaga sensação de ter crescido quinze metros. E quando, assim

agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame, porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve. Sentimo-nos bons, sentimo-nos fortes. E se há ali perto inimigos morrendo, sejam embora inimigos de pouca monta que um moleque devasta a cacete, a convicção que temos de nossa fortaleza torna-se estável e aumenta (Idem, p. 168).

Assim isolada, esta passagem é enganosa. Aliás, podemos entendê-la como uma armadilha que o narrador preparou para si mesmo, como veremos adiante. Por enquanto, o importante é notar que a situação em que este trecho aparece é particularmente tensa na narrativa. A entrada de Madalena na propriedade trouxe consigo elementos perturbadores para a ordem almejada. Em primeiro lugar, há um constante remoer de Paulo Honório quanto à sua defasagem intelectual diante da esposa. No caso de Madalena, o problema é que ele não domina sua linguagem, o que o leva à suspeita de que ela pode dizer coisas que fogem totalmente ao controle do seu entendimento. Em segundo lugar, Madalena se revela solidária aos funcionários de São Bernardo, criticando o tratamento cruel que lhes era dado. Pode-se dizer que neste passo o romance trabalha com o clichê da figura feminina sensível e maternal, mas o fundamental é que Paulo Honório, o narrador, não consegue entender a natureza do amor de Madalena à propriedade (na figura de seus “agregados”). Seria um sentimento maternal? Ou piedade cristã? Ou, ainda, paixão revolucionária (que faria de Madalena uma comunista infiltrada)? Ou, o mais perturbador: Madalena amaria os capangas, os funcionários, eroticamente, devotando-lhes o corpo e o orgasmo sonegados ao marido “corno”?

A suspeita é, para Paulo Honório, insuportável. Ela abre uma fenda na pretensão da posse completa, no sentido da propriedade, do poder e do conhecimento. Madalena, se é parte de São Bernardo, é uma parte desconhecida, enigmática. Dentre todos os “agregados”, Madalena é a que mais fere a pretensa integridade individual de Paulo Honório, é seu único vestígio de fragilidade. Porque, se ela *pode* ser capaz de ver coisas que ele não vê, uma destas coisas poderia ser ele mesmo, Paulo Honório. Ou seja: nas

memórias, que nada mais são do que um projeto de afirmação da posse de si mesmo, de autobiografia, levanta-se a suspeita de que *talvez* o narrador nada saiba sobre o último assunto que pretende dominar: o si mesmo. Lendo assim, percebe-se uma sutil dissonância no trecho anteriormente citado, tão afirmador da crença na estabilidade do mundo conquistado, quando Paulo Honório desliza na frase de que, além de temido e respeitado, ele *talvez* fosse amado.

Daí a relevância de outra frase, vinda de um dos agregados, Padilha, quando Paulo Honório resolveu, pela primeira vez, procurar alguém para ajudá-lo na solução do enigma-Madalena (porque até então, sem ironia, seu método vinha sendo estritamente cartesiano: nada de pressupostos, nenhum recurso às autoridades no assunto, busca da certeza sustentada unicamente pelos poderes racionais do *cogito* soberano). Padilha, porém, deflagra mais um momento de dúvidas intensas por parte do narrador, num daqueles monólogos interiores tão fortes nas obras de Graciliano, simplesmente ao dizer que não poderia ajudar Paulo Honório a resolver o enigma. Ao contrário, ele, como marido e proprietário, conheceria melhor que qualquer outro a mulher que possuía.

Padilha estaria sendo irônico? Ou apenas sincero e ingênuo? Mas, de qualquer forma, a situação seria embaraçosa. Irônico, haveria mais alguém, dentro de São Bernardo, que sabia coisas ignoradas por Paulo Honório. Ingênuo, ele tornara apenas mais evidente a posição ridícula do proprietário fragilizado pelo desejo de ser temido e amado, de possuir integralmente. A ignorância era então, para Paulo Honório, o pior dos mundos. Se pudesse ter certeza quanto à fidelidade de Madalena, a cobriria de presentes, jóias, meias de seda, chapéus caros. Se pudesse ter certeza de sua traição, a mataria, cortando-lhe o pescoço e deixando-a sangrar aos poucos.

A resolução, porém, veio de outra forma: após uma intensificação da crise, por conta de um trecho de uma carta escrita por Madalena a alguém, encontrada por Paulo Honório, esta resolveu se matar. Com o suicídio, o drama do proprietário se intensifica porque Madalena se subtraiu definitivamente à abrangência de seu poder, cristalizando-se como enigma indecifrável. Inapropriável pela posse, pelo amor e pela escrita. O suicídio surge, portanto,

como ato de liberdade (ou seja, inesperado), na fuga do ser que é amado com ciúme. Com isso, o amor não é propriamente negado, mas qualquer certeza se torna impossível: a aporia se instala, amar *ou* conhecer.

O fato de a tal carta, como descobrimos na seqüência da leitura, ser endereçada ao próprio Paulo Honório (e não ao amante escondido) é um elemento que dá tons de tragédia à história de **São Bernardo**. Tragédia no sentido do herói trágico como aquele que é forçado a encarar a inexorabilidade do destino reservado aos mortais, após a tentativa de ultrapassar as fronteiras que lhes são dadas.

São Bernardo tem a estrutura narrativa das memórias, ficcionais ou autobiográficas. Ou seja: desde o início Paulo Honório estaria escrevendo após os acontecimentos, portanto, após a crise. Por isso alguns elementos do livro fizeram com que a crítica, quase unanimemente, o considerasse inverossímil. Em primeiro lugar, Paulo Honório passa por mudanças estranhas durante a narrativa. No começo das memórias, ele ainda se põe no lugar do conhecedor-proprietário indevassável: a escrita seria, de fato, mais um dos elementos do mundo conquistado, ele escreveria para *fixar* a formação de sua subjetividade, agindo como escritor-proprietário. Este elemento é primordial na economia da narrativa, uma vez que ela permitiria a Paulo Honório dizer como as coisas “realmente aconteceram”. Ao mesmo tempo conhecer-se a si mesmo plenamente e dar-se a conhecer ao outro, o leitor. Ora, mas como ele está escrevendo após e mesmo por causa do suicídio de Madalena, as memórias não deveriam vir, desde o início, sob o signo da suspeita? Ou seja, o que a crítica diz sobre o livro é que o ardil das memórias é mal arquitetado pelo autor. É como se Paulo Honório fosse, de um modo excessivamente evidente, uma marionete movimentada pelo autor; o que, ao menos para o leitor que espera se comover com um relato doloroso e realista, não deixa de ser frustrante.

De um ponto de vista mais especificamente “proletário”, o problema colocado referia-se ao grau de consciência social do narrador. A clareza de visão sobre as mazelas da propriedade e a violência de sua instauração seria incompatível com o fato de Paulo Honório jamais ter se convertido ao comunismo. Para os padrões do realismo socialista, a verossimilhança do

romance dependeria da existência de algum personagem autenticamente revolucionário, e assim capaz de explicar coerentemente o drama de Paulo Honório. E, sendo pequeno-burguês, nem mesmo o autor Graciliano Ramos poderia ser essa figura revolucionária digna de confiança.

No aspecto mais estritamente narrativo, Paulo Honório parece às vezes saber mais do que seria possível, mas isso se deve ao autor que manipula as cordas de um modo um tanto quanto descuidado (novamente: do ponto de vista das exigências de verossimilhança realista, uma vez que o mesmo “descuido” faz da obra uma reflexão sobre os mecanismos do poder). Não somente pelo fato de o prefeito de Palmeira dos Índios, quer dizer, o proprietário de São Bernardo dominar o estilo, a escrita literária, quando diz ser um bruto semi-analfabeto, mas também por ser capaz de analisar os próprios métodos de ação, tratar-se muitas vezes com ironia, distanciamento e, em outros momentos, afirmar-se como sujeito de certezas; em duas atitudes incompatíveis. Em comum, as críticas aqui indicadas têm o pressuposto de que o narrador tem a obrigação de ser coerente, de que sua psicologia seja identificável e de que o mundo narrado seja, por isso, apreendido pelo leitor.

O problema, basicamente, é que Paulo Honório não é um narrador confiável. Por um lado ele diz que pretende apenas relatar o acontecido, mas será que ele não procura também conquistar a simpatia do leitor? Ou seja: seriam as autocríticas simuladas? O leitor, por sua vez, sai do livro sem saber nada sobre Madalena, uma vez que ela existe única e exclusivamente no ponto de vista daquele que não a dominou, e mais ainda, sentiu-se ferido pelo amor ciumento. O ciúme, na perspectiva da normalidade psicológica pressuposta pelo realismo estético-político, não seria uma forma de loucura? Um delírio paranóico?

Mas, não será este o paradoxo de todas as memórias, ao menos as vazadas nos moldes da “autobiografia” do sujeito que pretende se conhecer e que se debruça sobre si mesmo e a partir deste lugar pretende revelar o mundo ao leitor? O paradoxo poderia então ser resumido na trama moderna do conhecimento e do poder: o pesquisador não é capaz de ver a si mesmo vendo o mundo, e por outro lado os objetos do conhecimento precisam ser silenciados

pela pesquisa, *abstraídos* pelo entendimento, uma vez que qualquer alteridade perturba o caminho das certezas. Neste sentido, toda autobiografia moderna seria inverossímil. Mas seus impasses seriam dolorosamente reais. Ou, como diria Paulo Honório:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinqüenta anos pelo São Pedro. (...). Para falar com franqueza, o número de anos assim positivo e a data de São Pedro são convencionais: adoto-os porque estão no livro de assentamentos de batizados da freguesia. Possuo a certidão, que menciona padrinhos, mas não menciona pai nem mãe. Provavelmente eles tinham motivo para não desejarem ser conhecidos. Não posso, portanto, festejar com exatidão o meu aniversário (Ibidem, p. 13).

Se não é confiável como narrador consciente, talvez o enigma de Paulo Honório deva ser posto em outros termos. O corpo de Paulo Honório confunde-se com **São Bernardo**, romance que pode ser lido como uma genealogia ficcional da soberania, ao menos no sentido moderno que inclui um sentido de expansionismo, de conquista territorial sob os termos da necessidade de mais e mais “espaço vital”.

Não em termos psicológicos, portanto, mas no do funcionamento político de seu discurso, podemos dizer que Paulo Honório é uma figuração do exercício do poder, no sentido moderno do governar, em que se mesclam a administração das coisas, o policiamento do território e de sua população e a criação de instituições e procedimentos voltados ao conhecimento exaustivo da “realidade” social. Madalena representaria uma zona de opacidade, um silêncio irreduzível à lógica do poder.

Na perspectiva de Paulo Honório, Madalena ameaça porque, potencialmente, *conhece* coisas inacessíveis a ele, e secretamente, na qualidade de possível revolucionária comunista, almeja o mesmo tipo de poder por ele visado (a operação é simples: não sou eu e sim Madalena quem deseja o poder). Trata-se, portanto, menos de uma relação unilateral de dominação entre o patriarca e sua esposa, e mais da rivalidade em torno da posse da fazenda e seus funcionários. Daí a suspeita de que a ligação entre Madalena e os funcionários da fazenda poderia ser mais profunda, mais intensa do que a

sonhada por Paulo Honório. A rivalidade é então expressa em dois sentidos, diversos mas complementares: o primeiro, a afirmação recorrente de que *ela* é que procurava a dominação completa sobre a fazenda, motor econômico da região; o segundo, o mal disfarçado anseio do narrador de penetrar na consciência de Madalena, ou seja, de ser onisciente. Um limite intransponível que, de certa forma, justificava para Paulo Honório sua própria violência, na busca do controle total sobre a fazenda e seus habitantes.

Neste prisma, Paulo Honório faz parte de uma imensa galeria de tiranos frustrados, ressentidos, excluídos de seu próprio projeto de poder. Apresentados na política moderna, e mais especificamente brasileira, como governantes mal acabados, excessivos e fracos ao mesmo tempo, anormais. Lembremo-nos de toda a tradição das caricaturas, da ridicularização, ou da apresentação dos governantes como figuras patológicas, irracionais, megalomaníacas. Elas indicam que algo, no exercício da soberania, foge ao comum, excede os limites do normal – no sentido estudado por Giorgio Agamben. Seja pela prerrogativa do poder de nomear, e, portanto, de excluir ou incluir pessoas ou grupos sociais no corpo político, seja pelo exercício do policiamento, racionalizado pelos discursos sobre o monopólio legítimo da violência, mas o soberano sempre está na fronteira do sagrado, nos limites do humano, oscilando entre figurações que remetem ao divino, ao demoníaco, ao bestial ou ao ridículo.

Estas se tornaram particularmente marcantes no que se refere à imagem dos governantes brasileiros da Primeira República. Apenas um exemplo entre tantos, o mesmo Graciliano Ramos, tendo em vista um concurso de textos de história do Brasil para crianças, promovido pela revista **Diretrizes** em 1940, escreveu sua **Pequena História da República**. Livro publicado apenas postumamente, e que não foi enviado ao concurso. Consultando os originais no acervo do IEB/USP, percebe-se que de fato o texto é bastante desigual, entre o começo cuidadoso e o final menos elaborado. Mas o que mais se destaca é o *crescendo* de acidez e sarcasmo durante a narrativa, o que faz dela potencialmente imprópria para menores. O certo é que Graciliano Ramos

concluiu o projeto e não destruiu os originais, mas desistiu de o tornar público devido a algum tipo de censura.

Iniciando-se em 1889, a história começa sob o signo da falta: um Brasil monárquico sem automóveis, sem avião, sem luxo. Também aponta para a lentidão dos acontecimentos, o tédio (de acordo com a história, Dom Pedro II nas horas vagas estudava hebraico, “língua inútil à política e à administração”). Com a República, um mundo se iniciava. Um mundo de transformações violentas. Mas ao mesmo tempo, superficiais, uma vez que a imagem da leviandade vai acompanhar toda a história da república de Graciliano. Daí a opção narrativa por uma seqüência de anedotas, quadros indicativos da futilidade da política, contrastando com os altos custos sociais, econômicos e culturais da mesma. Seguindo a cronologia dos presidentes eleitos, o que temos é um quadro de pequenos tiranos frustrados, governando quase constantemente em estado de sítio, e metendo-se em “encencas”, como se diz na história.

Deodoro, “autoritário demais para a teia de aranha da política”, Floriano “teimoso”, não economizaria o sangue dos compatriotas. Mesmo sobre figuras que mais tarde ganhariam a aura de ícones da resistência recaía o tom do irrisório, com conseqüências graves. Antônio Conselheiro, “pobre diabo”, de uma família de malucos, resolvera considerar que tudo ia errado porque alguém tinha lhe roubado a mulher. Ou seja, mais um delírio de ciúme. “Louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça.”

Alguns líderes políticos mereceram elogios, como Rodrigues Alves, o Barão do Rio Branco ou prefeito Pereira Passos. Mas estes se destacam contra um pano de fundo de caos e estupidez, e mesmo seus méritos são minimizados pelas ironias recorrentes. Afinal de contas, o Barão do Rio Branco também teria sido o responsável por empréstimos financeiros que deram ao Brasil uma civilização de fachada, de acordo com Graciliano. Também as realizações culturais do período republicano receberam o tratamento sarcástico: com a frustração política de 1922, alguns revolucionários teriam

desistido de atacar a constituição, voltando-se contra a gramática. Ou seja, o modernismo como alternativa fantasiosa para a impotência política.

A história termina em 1930. A bomba teria estourado nas mãos de Washington Luís simplesmente porque ele era muito “cabeçudo” e não “dourou a pílula” na hora de escolher o sucessor. Porém, segundo Graciliano, ao contrário de 1889, 1930 tinha sido uma verdadeira revolução. Nascida de um verdadeiro descontentamento social, com paixões políticas postas em jogo, num momento de efervescência que criaria seus próprios líderes. Em 1930 se somaram todos os elementos de uma revolução, contágio de idéias simples, ondas de sacrifício e até a “tolice coletiva”. Graciliano não o diz explicitamente, mas todos estes elementos remetiam ao tema das multidões na política, e à imagem da revolução como eclosão das multidões na história. Mas, prosseguiu Graciliano, uma revolução sem programa, presa ao imediatismo dos acontecimentos, um verdadeiro “saco de gatos” ideológico. Seu único lema unificador teria sido o da procura da “realidade nacional”. E Getúlio Vargas, um nome oportuno, o líder e o conciliador necessário para uma revolução deste tipo.

Encerramento da história que retoma um fio lançado por Graciliano em seu início, naquele momento em que o Brasil monárquico era ausência de progresso, tédio político e erudição vazia. Sob o mesmo signo do “ainda não” apareciam ali as figuras políticas do momento, os líderes escolhidos pelas agitações sociais de 1930: “Os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no sul, montava um cabo de vassoura, o sr. ministro da guerra comandava soldados de chumbo, o sr. ministro da educação vivia longe da escola porque ainda não existia.” Claro que, numa primeira leitura, a história da República por Graciliano parece transgressora, dessacralizante. Mas a circulação de caricaturas, de representações grotescas de soberanos, tão comuns na política contemporânea, juntamente com a preservação dos mecanismos dessa mesma soberania, sugere que o ridículo não é, necessariamente, a corrosão do poder.

A questão aqui é outra: trata-se da circulação, da repetição, de imagens e idéias que perfazem uma tradição política. Podemos pensar num

ponto de encontro entre o personagem Paulo Honório e os governantes da “República Velha” (inclusive o prefeito de Palmeira dos Índios): a figura do tirano ressentido. Mas, é necessário algum cuidado com localizações apressadas, afinal, será que existe algum ponto bem definido a partir do qual se pode dizer que a soberania se excede? Todo esse jogo se complica porque a mera existência da pluralidade da condição humana multiplica os pontos cegos que fraturam o desejo de possuir e conhecer, e aqui nem mesmo é necessário o desejo de possuir e conhecer *tudo*, porque neste caso mesmo a modéstia é assombrada pelo ciúme. O que aproxima também o chefe do governo nacional dos pseudo-prefeitos das esquinas de Palmeira dos Índios.

Outra questão pode ainda ser pensada se aproximarmos Graciliano Ramos, preso em 1935, de Madalena. Em primeiro lugar, ambos ameaçam porque *sabem* mais do que o soberano. E isto em dois sentidos. Primeiro: Graciliano e Madalena são letrados e dominam a arte da escrita, perigosa, do ponto de vista da dominação política, por sua capacidade de fazer com que os discursos circulem para além do domínio do corpo que fala, seu potencial anonimato. O episódio que deflagra a crise definitiva em *São Bernardo* é o dos trechos de uma carta escrita por Madalena, encontrada por Paulo Honório. Devido às palavras que davam a entender que se tratava de um texto amoroso, diante da indefinição quanto ao destinatário, o dono de *São Bernardo* entre num novo delírio de ciúme. Madalena então se mata. É como escritor que Graciliano promete se vingar do cárcere, relatar o que viu, ouviu e viveu. E o fez mesmo antes da publicação das **Memórias do Cárcere**, em romances e contos que compunham a imagem cifrada do terror (romances e contos também, num certo sentido, cartas sem destinatário).

Por isso, esse artigo se conclui com uma advertência. A imagem dos governantes da Primeira República como tiranos frustrados foi intensamente utilizada para estabelecer um contraste com a figura de Getúlio Vargas. Este teria iniciado uma nova era, encarnando o governante lúcido, moderno, identificado com as necessidades da nação. Os livros e a biografia de Graciliano Ramos propiciam uma reflexão mais cuidadosa. Não se trata simplesmente de separar o bom do mau governante, o tirano fracassado e o

ditador supostamente eficaz, mas de revelar os pontos cegos dos mecanismos do poder que emergem na história como violência e terror de Estado.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo/Campinas: EdUSP/EdUnicamp, 2006.

FERNANDES, Yacó. "Angústia". **A Razão**, Fortaleza, 07/09/1938.

LACERDA, Carlos. "S. Bernardo e o cabo de faca". **Revista Acadêmica**, jan. 1935.

MARTINS, Fran. "São Bernardo". **O Estado**, Fortaleza, 07/08/1938.

MENDES, Oscar. "Egoísmo", em **Folha de Minas**, 17/02/1935.

RAMOS, Graciliano. "Pequena história da República", in: **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. **Relatórios**. Rio de Janeiro/Recife: Record/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

_____. **São Bernardo**. São Paulo: Editora Abril, s.d.